



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 7, DE 2017, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2003

(nº 5.534/2005, na Câmara dos Deputados)

Torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)
- [Texto aprovado pelo Senado](#)

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/3047dda3-c199-468e-a9ce-6ae4c25b846b>



[Página da matéria](#)

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 5.534-D de 2005
do Senado Federal (PLS nº 512/2003,
na Casa de origem), que "torna
obrigatória a proteção contra
radiação ultravioleta nos óculos de
sol e dá outras providências".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Torna obrigatória a conformidade com
as normas da ABNT das armações para
óculos, óculos de proteção solar,
blocos de lentes, lentes oftálmicas e
lentes de contato.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As armações, óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato comercializados no País devem, obrigatoriamente, obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), único Foro Nacional de Normalização, de acordo com a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), de 24 de agosto de 1992.

Parágrafo único. A avaliação da conformidade deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), de acordo com o Programa Brasileiro de Conformidade Óptica.

Art. 2º O disposto neste artigo aplica-se a armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato.

Art. 3º Caberá à autoridade sanitária e aos órgãos de fiscalização delegados pelo Inmetro o cumprimento desta Lei.

Art. 4º O descumprimento desta Lei constitui infração sanitária e sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente